

“Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência¹

Mônica Graciela Zoppi Fontana²

Abstract: The issue of gender identifications allows to debate the constitutive contradiction of the processes of meaning and subjectivation, which both reinforce the social imaginary and burst it, by means of a discursive event that opens social and discursive gaps for the emergency of new forms of subjectivity. This paper develops a discursive approach to the issue of gender identifications and its relation to social and political practices. We aim to discuss discursive processes that lead to the construction of identification procedures, whether of gender, or of other modalities of identification. We understand gender as a discursive construction, effect of a complex and contradictory process of interpellation. However, it is not our goal to point out the dominance of normative sense, but mostly to describe the gaps where this normalization breaks down, when voices / bodies historically silenced or banned enter the picture. We investigate here the rise of discourses in which individuals are taken as the target of a subjectivation process, generating simultaneously a modality of knowledge and of enunciation about themselves. In this way, we discuss the role of the enunciation as constitutive of subjectivation, analyzing the materiality of the voice, the body and a saying of oneself in the construction of a “place of speech” that stands as an ethically and politically legitimated voice in the struggle against hegemonic identifications.

Keywords: discourse; sexuality; enunciation; subjectivation; resistance.

Resumo: A problemática das identificações de gênero permite refletir sobre a contradição constitutiva dos processos de produção de sentido e do sujeito, que tanto reforçam o imaginário social quanto irrompem como acontecimento, abrindo brechas sociais e discursivas para o deslocamento de sentidos e a emergência de novas modalidades de subjetivação. Nosso trabalho desenvolve uma abordagem discursiva desta questão, considerando sua relação com práticas de militância. Objetivamos refletir sobre os processos discursivos que conduzem à construção de modalidades de identificação, seja de gênero, seja de outras modalidades que a esta se articulam em descontínuos movimentos da história. Compreendemos o gênero como uma construção discursiva, efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório. Não se trata, portanto, de apontar para a dominância de sentidos normativos, mas principalmente de descrever os pontos onde eles entram em crise, quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena. Pensamos aqui na emergência de discursos nos quais os indivíduos são tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando, ao mesmo tempo, um saber e um modo de falar sobre si. Neste

1 Uma versão deste trabalho foi apresentada no Simpósio Temático 59 do 13º *Women's Worlds & Fazendo Gênero 11*, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil, em agosto de 2017 e será publicada nos anais do evento.

2 Docente do Departamento de Linguística/UNICAMP e pesquisadora do CNPQ, Campinas-SP, Brasil.

sentido, debatemos o funcionamento da enunciação como constitutivo da subjetivação, analisando a materialidade da voz, do corpo e de um dizer de si na construção de um “lugar de fala” que se apresenta como eticamente e politicamente legítimo na luta contra identificações hegemônicas.

Palavras-chave: discurso; sexualidade; enunciação; subjetivação; resistência.

Identificações de gênero e interpelação ideológica do sujeito do discurso

A problemática das identificações de gênero apresenta um espaço profícuo de reflexão sobre a contradição constitutiva dos processos de produção de sentido e do sujeito, que tanto reforçam o imaginário social quanto irrompem como acontecimento, abrindo brechas sociais e discursivas para o deslocamento de sentidos e a emergência de novas modalidades de subjetivação. É neste campo de questões que se insere nosso trabalho, que pretende trazer como contribuição uma abordagem discursiva para a problemática das identificações de gênero e sua relação com diversas práticas sociais e de militância.

Compreendemos o gênero como uma construção discursiva, efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório. Assim, pensamos as identificações de gênero articuladas com outras identificações nos processos de subjetivação, quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena. Pensamos aqui na emergência de discursos nos quais os indivíduos são tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando, ao mesmo tempo, um saber e um *modo de falar sobre si*. Neste sentido, abordamos o debate atual sobre a construção e legitimação social e histórica de “lugares de fala” como uma questão teórica que incide no funcionamento dos processos de constituição do sujeito do discurso.

Como veremos adiante, defendemos a necessidade de se pensar no funcionamento da interpelação ideológica como um processo sempre-já-gendrado, ou seja, que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade. Em termos discursivos, esta compreensão nos leva a discutir teoricamente a complexidade dos processos de identificação que configuram as posições-sujeito no discurso, na sua relação constitutiva com as *condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo*.

Para a análise de discurso a qual nos filiamos é a figura da interpelação ideológica que nos permite entender os processos de identificação que constituem o sujeito do discurso, a partir de sua inscrição no simbólico e na história. Processos de identificação que se caracterizam como um *movimento contraditório de reconhecimento/desconhecimento* do sujeito em relação às determinações do inconsciente e da ideologia que o constituem, materializadas nos processos discursivos. Os trabalhos desenvolvidos no nosso grupo de pesquisa *Mulheres em discurso. Lugares de enunciação e processos de significação (MULHERDIS)*³ nos permitem avançar na compreensão do modo de inscrição das identificações de gênero no processo de constituição discursiva do sujeito. Conforme ORLAN-

3 Grupo de pesquisa *Mulheres em Discurso*, inscrito no Diretório de Grupos de Pesquisa-CNPq, disponível em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0079801X6DNZ8G>. As atividades do grupo foram parcialmente financiadas pelo projeto *Mulheres em Discurso. Lugares de enunciação e processos de subjetivação*, Chamada Universal MCTI/CNPq, processo 487140/2013-3, desenvolvido entre 2013 e 2016, no Centro de Pesquisa *PoEHMaS* (Política, Enunciação, História, Materialidades, Sexualidade), do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP. O projeto deu lugar a um blog de divulgação científica disponível em: <https://mulheresemdiscurso.wordpress.com>.

DI (1999), a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito de discurso se realiza em dois movimentos simultâneos e igualmente constitutivos:

Em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela Ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo, afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. [...] em um segundo momento teórico, o estabelecimento (e o deslocamento) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e o deslocamento) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado [...]. Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos.

[...] Uma vez interpelado pela ideologia em sujeito, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta. (ORLANDI, 2001, p.105-107)

A partir dessa descrição, que nos permite compreender que as posições-sujeito se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação na história e na relação com os modos de individuação em relação à formação social e ao Estado, afirmamos que as identificações de gênero inscrevem seus efeitos nesses dois movimentos descritos por Orlandi em relação aos processos identitários e de subjetivação.

No primeiro movimento, pelo fato de que, como diz Baldini (2017), “temos um corpo e esse corpo é atravessado pela linguagem”, não é indiferente à constituição do sentido “o modo como cada sujeito, a partir do atravessamento de seu corpo pela linguagem, irá se colocar frente ao desejo, ao sexual”. Pela sua inscrição no simbólico, o indivíduo se constitui ao um só tempo em *sujeito ideológico sexuado*, a partir do funcionamento da ideologia e das fórmulas da sexuação, enquanto estruturas-funcionamentos que se organizam em torno do não-UM, da falha, do fracasso, da falta. Neste sentido, concordamos com FERREIRA (2013) quando afirma que:

Assim como a língua não é um ritual sem falhas (como nos lembra Pêcheux), a ideologia também não o é e tampouco o corpo. Se os equívocos da língua irrompem na língua, na zona do impossível, e a ideologia marca os equívocos historicizados, podemos nos arriscar a dizer que o corpo seria o lugar de simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos (FERREIRA, 2013, p. 104-105).

No segundo movimento, em relação aos processos de individuação pelo Estado e pelas relações de poder e dominação que configuram uma formação social, as identificações de gênero trabalham os processos imaginários de reconhecimento/desconhecimento que constituem os sujeitos nas suas relações sociais. É nessa relação com a alteridade que se instauram as lutas por reconhecimento de formas outras de existência histórica, produzidas por processos de subjetivação nos quais identificações de gênero e sexualidade participam tanto para a reprodução de normas quanto para sua ruptura e deslocamento. No jogo especular das formações imaginárias, das projeções antecipadas que demandam diversos modos de estar no mundo, ser reconhecido e se reconhecer em relação ao funcionamento social e histórico das masculinidades e das feminilidades, em toda sua dimensão contraditória e equívoca, faz parte do processo de constituição do sujeito do discurso. É justamente em relação a este segundo movimento que acontece a produção

e/ou interdição histórica de *lugares de enunciação*, conforme postulamos em trabalhos anteriores (ZOPPI FONTANA, 2002, 2003). Os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento⁴. Esses modos de dizer mobilizam as formas discursivas de um *eu* ou um *nós*, de cuja representação imaginária a enunciação retira sua legitimidade e força performativa. É a partir desses lugares de enunciação, considerados como uma dimensão das posições-sujeito e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência. Como lembra Safatle (2012: 108) ao analisar a obra de Judith Butler: “De fato, preciso me sujeitar às normas sociais com seus quadros identitários estabelecidos para ser reconhecido como sujeito. Mas posso também sentir que os termos pelos quais sou reconhecido fazem da vida algo impossível a se viver”. Assim, trata-se de conceber o funcionamento das lutas pelo reconhecimento e das práticas de resistência às diversas formas de dominação no interior do processo de interpelação ideológica.

Lutas pelo reconhecimento e subjetivação na resistência

Neste trabalho retomamos a reflexão que desenvolvemos já há alguns anos sobre a noção de lugar de enunciação e sua inscrição no quadro teórico da Análise de Discurso filiada aos trabalhos de Michel Pêcheux. Trata-se de pensar a articulação entre os processos de subjetivação e as formas históricas de enunciação política, para melhor compreender a relação entre o discurso, a prática política e a constituição de novos sujeitos/movimentos sociais. Esta reflexão convoca a um diálogo com outros campos de conhecimento, dado que toca na espinhosa questão da representação / mediação tanto na prática política quanto na produção de conhecimento. Enunciados como: “Eu sou X”; “somos todos X”; “X não me representa”; “X me representa”, que circulam amplamente nas redes sociais e nas ruas, trazem na sua materialidade linguística as marcas de uma contradição que afeta a (im)possibilidade de uma enunciação política que não esteja ancorada nas determinações subjetivas que constituem um eu/nós que forneceria o fundamento último da legitimidade ética e epistemológica de um dizer. Do ponto de vista teórico trata-se da relação entre acontecimento discursivo, memória discursiva e enunciação na sua reflexividade performativa. Se é a posição-sujeito que determina o sentidos dos enunciados a partir do funcionamento da memória discursiva, é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo.

Para desenvolver a reflexão, trazemos alguns elementos de análise da polêmica em torno da ementa constitucional 72, apelidada pela mídia de “PEC das domésticas (doravante EC72)⁵. A promulgação dessa ementa em 2013 e de sua regulamentação em 2015 permitiu a quase equiparação completa dos direitos das trabalhadoras domésticas correlativos aos de outras categorias de trabalhadores regidos pela CLT.

Na circulação social dos discursos em torno do acontecimento discursivo da EC72 a voz das trabalhadoras domésticas ficou pouco representada. Na grande mídia, o lugar de enunciação das trabalhadoras apareceu sempre emoldurado pela edição das reportagens. Pouco espaço foi dado para a circulação de depoimentos de trabalhadoras ou de análises

4 ORLANDI (1992).

5 Cf. ZOPPI FONTANA, M. (2017).

de suas representantes sindicais. Na mídia alternativa, principalmente nas redes sociais, diferentes grupos de militância feminista defenderam posições alinhadas com a categoria, porém, a fala das trabalhadoras continuou quase ausente⁶.

Porém, em 19 de julho de 2016, Joyce Fernandes, mais conhecida como Preta Rara, historiadora, rapper e ativista, criou a página Facebook *Eu empregada doméstica*. A página é apresentada da seguinte maneira:

R8 No dia 19/07 comecei a relatar alguns casos que aconteceu comigo quando eu era empregada doméstica, e logo veio à ideia de expor não só a minha história, mas dividir isso com os meus seguidores aqui no Facebook e incentivar as pessoas contarem os seus relatos ou relatos das mulheres de suas famílias que já foram ou são empregada doméstica.

Recebi muitos relatos e resolvi criar essa página para divulgar.

Quem sabe juntos podemos mudar a situação dessas mulheres que a patroa dizem que são como se fossem da família, porém não são tratadas como seus entes queridos.

Saudações Africanas!

#PretaRara⁷

A página reúne depoimentos de trabalhadoras domésticas cujos nomes são mantidos no anonimato. As publicações se originam em envios espontâneos das internautas, que respondem à convocação da página:

R9: Envie o seu relato ou anúncios abusivos de contratação de empregada doméstica para o nosso e-mail: euempregadadomestica@gmail.com

Lembrando que todos os relatos serão postados em anônimo.

#PretaRara

#EuEmpregadaDoméstica

Ao percorrer a página *Facebook* encontram-se inúmeros relatos em primeira pessoa de práticas de humilhação, exploração laboral e assédio moral e sexual sofridas por trabalhadoras domésticas. Esses relatos não são postados diretamente por suas autoras, mas são coletados via envio por e-mail à administradora da página e editados por ela, para guardar o anonimato do testemunho, e finalmente publicados na página. Esses relatos se multiplicaram rapidamente (mais de quatro mil em menos de quatro meses, segundo depoimento da administradora da página) e, favorecidos pelo funcionamento das redes sociais, viralizaram rapidamente, alcançando uma vasta difusão, o que ampliou o efeito de ressonância da voz/narrativa das trabalhadoras.

Em novembro de 2016 Joyce Fernandes, já reconhecida na mídia alternativa como “porta-voz das empregadas domésticas”, deu uma palestra no ciclo TEDxSÃO PAULO, que também viralizou rapidamente⁸. O vídeo com a palestra de Joyce Fernandes/#Preta Rara está dis-

6 Referimo-nos a presença da voz das trabalhadoras na mídia e nos espaços institucionais no período que analisamos, a qual ficou sub-representada, embora a luta da categoria nunca tenha deixado de acontecer e a história do movimento reconheça a atuação marcante de algumas lideranças, como Laudelina de Campos Mello e Creuza Oliveira, entre outras.

7 <https://pt-br.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal>.

8 A instituição TEDx é, conforme descrição disponibilizada no próprio *site*: “Uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é o de espalhar ideias por meio de palestras que são disponibilizadas na internet, e tem como slogan a sentença *ideas worth spreading* (ideias que merecem ser espalhadas) [...] os eventos TEDx foram criados no mesmo estilo do TED Global, no entanto, são projetados de forma a estimular o diálogo e a troca de experiências localmente” Disponível em <<http://tedtalksbrasil.xpg.uol.com.br/>>.

ponível on-line⁹ e obteve mais de 73.000 visualizações em quatro meses após sua publicação (ocorrida em janeiro de 2017). A seguir trazemos um recorte dessa fala para análise.

R10 [14:37min] Então eu estou aqui contrariando as estatísticas: mulher preta, gorda, rapper, periférica. Mulher preta, gorda, professora, periférica e rapper. Ao meu lado, eu não estou sozinha aqui hoje, atrás de mim tem seis milhões de domésticas que deveriam estar aqui ao meu lado e que em algum momento elas estarão. Tudo que eu faço, a correria que é a minha vida, não pensando em dinheiro, que a gente não tem grana, mas só de ver que seis milhões de domésticas estão sendo representadas agora, e que muitas não estão me assistindo, mas vão poder assistir, porque elas estão lá limpando. É isso que eu quero provocar nesse momento, porque todo mundo aqui, deve ter [aqui] vários padrões, várias patroas, e algumas domésticas. Se cada um levar essa ideia de conversar e humanizar as relações, a gente vai diminuir um pouquinho da desigualdade nesse país.[...]

[16:24min] Então estou aqui contrariando as estatísticas; não estou sozinha, estou falando por 6 milhões de domésticas. Saudações africanas. Muito obrigada [16:40min].

Nessa modalidade de circulação da voz das trabalhadoras domésticas enunciada “em primeira pessoa” operam processos discursivos de metonimização: há a representação de um laço metonímico que une as vozes/corpos que enunciam. Enunciação de um “eu” multiplicado nas diversas vidas sofridas e solitárias. Este processo de metonimização é reforçado no seu funcionamento imaginário pelas práticas digitais que caracterizam a enunciação nas redes sociais. Uma enunciação na qual se hipostasia a figura do locutor: uma enunciação do “eu” que se mostra na sua individualidade, na potência de um dizer de si. Múltiplos “eus”, que na singularidade de seus testemunhos produzem o esteio no qual se ancora a legitimação imaginária de um lugar de enunciação, significado como ‘porta-voz’: “não estou sozinha, estou falando por 6 milhões de domésticas”; “eu não estou sozinha aqui hoje, atrás de mim tem seis milhões de domésticas que deveriam estar aqui ao meu lado e que em algum momento elas estarão”. Não há mediação institucional nem metaforização das relações de representação política, sindical ou social, apenas a evidência da metonímia dos corpos/vozes multiplicados, que se reconhecem especularmente na sua contiguidade virtual na página: *eu, que sou você/ você, que sou eu*. É deste lugar de enunciação assim constituído pela projeção das formações imaginárias nos processos discursivos (“mulher preta, gorda, professora, periférica e rapper”), que se enuncia uma denúncia e uma demanda. A denúncia assinala as condições exploratórias e humilhantes de trabalho, a demanda clama por um “tratamento humanizado”.

A *denúncia*, materializada nos testemunhos das muitas trabalhadoras que narram suas histórias de vida e transformada em matéria da produção artística da poeta Preta Rara (nas letras de seus raps e poemas), é apresentada como o primeiro passo necessário para alcançar o reconhecimento almejado: a denúncia causa “incômodo” e esse desconforto pode alavancar um sentimento de constrangimento moral que impulse o reconhecimento da dimensão humana dessa relação de trabalho.

R11 [8:33min] Eu não fui a primeira a fazer isso, eu só utilizei a internet como ferramenta. Mas existe nesse mundo, nesse Brasil, uma mulher chamada Laudelina de Campos Mello, mulher preta, como eu, que na década de 60 criou o primeiro sindicato das domésticas e ela era conhecida pela mídia da época como o terror das patroas. Tudo isso, quando eu começo a expor alguns relatos, as pessoas falam: “nossa, é muito pesado!”. Hoje eu vim aqui

9 <https://youtu.be/_d_n-z3s8Lo>

pra gerar incômodo, porque eu acredito que só através do incômodo que a gente consegue mudar algumas coisas. Ninguém vai seguir o caminho com uma pedrinha no pé. [9:19min]

Importa destacar a dimensão enunciativa do “incômodo” e sua relação constitutiva com a corporeidade do dizer: corpo que se inscreve na sua presença vigorosa tanto como voz, carne e pele quanto como já interpretado pelos processos de metonímicos que o significam em relação a outros com os quais o sujeito se identifica ou dos quais se diferencia (“mulher preta, gorda, professora, periférica e rapper”) a partir do funcionamento da memória discursiva como espaço de construção das evidências que possibilitam os movimentos de reconhecimento/desconhecimento que constituem o sujeito do discurso. O “incômodo”, compreendido como um modo dizer, uma enunciação cuja performatividade consiste em marcar uma hiância entre os sujeitos na representação das relações interlocutivas, ao produzir a quebra de rituais enunciativos que convocariam a um bem-dizer: uma fala mansa, colaborativa, bem-comportada, respeitosa das opressões históricas que a reduziram ao silêncio.

É sustentada na performatividade confrontadora de uma enunciação que incomoda que o sujeito do discurso enuncia uma demanda de reconhecimento ético e moral de seu lugar na sociedade. Esta demanda de reconhecimento permite um movimento de subjetivação necessário na luta contra a objetificação desses sujeitos na história, possibilitando a constituição de uma posição discursiva não subalterna que possa denunciar a opressão. É indispensável também para trazer ao debate público práticas de exploração econômica e humilhação subjetiva que ficam cotidianamente restritas ao espaço privado. Esta enunciação de si, na denúncia e na demanda, promove, ainda, laços solidários e afetivos que fortalecem os percursos singulares de reconstituição subjetiva.

Porém, e esse é o paradoxo discursivo que atravessa as políticas de reconhecimento, ao transformar relações de classe, gênero e segregação racial *em relações morais intersubjetivas entre indivíduos humanos*, as lutas pelo reconhecimento enunciadas a partir de um lugar de fala legitimado metonimicamente podem deslizar inadvertidamente para o apaziguamento do conflito, dadas as condições de produção da formação social brasileira, que ainda suporta simbolicamente os efeitos do mito da democracia racial¹⁰ e das relações cordiais. Nesse sentido, consideramos oportuno trazer para a reflexão o questionamento feito por Pêcheux (2016 [1980], p. 24): “Como ver de fora aquilo no interior do qual o olhar é tomado?” Ao que o autor responde:

Produzindo o acontecimento não como emanção de um sujeito pleno – disputando com outros sujeitos (jurídicos, políticos ou universitários) o direito à fala – mas como a construção de um efeito de retorno repercutindo aquilo que trabalha às margens dos discursos. Ou para dizer de outro modo: uma prática tirando as consequências da deslocalização tendencial do sujeito enunciativo (monarca, porta-voz ou representante) e do sistemático desregramento que afeta atualmente as bases do performativo, a ponto de que o poder da coisa dita ou escrita parece, por vezes, se identificar com o puro efeito de um eco anônimo devolvido pelas bordas (PÊCHEUX (2016 [1980], p. 27-8).

Conclusões

Neste trabalho propomos pensar a problemática do “lugar de fala” a partir de uma perspectiva discursiva e redefinindo-o como “lugar de enunciação” em relação ao fun-

10 Cf. Cestari (2015).

cionamento da interpelação ideológica que constitui o sujeito do discurso. Compreendido dessa forma, sobredeterminado pela ideologia, a língua e o inconsciente, o “lugar de fala” se mostra, no seu funcionamento enunciativo, sustentado em processos metonímicos que o legitimam a partir da experiência vivida de um *eu* que se identifica com outros *eu*. Porém, devemos lembrar que, conforme nos alerta TREBISSACE (2016):

O relato experiencial é um relato que fala a verdade do sujeito, mas essa verdade não é nem natural nem essencial; é contingente, contextual e produzida. [...] Essa é a segunda operação da transmutação do valor gnosiológico e político da experiência que supõe a confusão do que é uma verdade contingente, produzida e conjuntural do sujeito com uma suposta verdade essencial do mesmo. Somente a primeira, aliás, poderia se tornar o caminho para a contemplação das condições estruturantes do sujeito, que são as que nos interessam. (TREBISSACE, 2016, p.290- 291; tradução nossa)

Neste sentido, insistimos sobre o duplo movimento de constituição do sujeito do discurso, que descrevemos no início do trabalho. O lugar de fala e seu funcionamento como esteio de demandas de reconhecimento devem ser considerados na sua dimensão enunciativo–discursiva no quadro dos processos de identificação simbólica, ou seja, como uma dimensão do sujeito do discurso, que como já afirmamos, é a um só tempo *sujeito ideológico sexuado*. Nesse processo, o corpo, na sua dimensão simbólica e imaginária, resiste como real que impede a euforia de uma enunciação de si, que se mostra na sua potência performativa como autossuficiente e fundadora de uma identificação sem falha.

Referências

- BALDINI, L. Discurso e cinismo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. *Discurso e...* Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2012, p. 103-112.
- CESTARI, M. J. *Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás*. 2015. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem-UNICAMP, Campinas-SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000963234>> Acesso em 07 jul. 2017.
- FERREIRA, M. C. L. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, V; DIAS, C. *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013, p. 99-108.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. Movimentos de sentidos. 1º. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, E. *Discurso e texto*. Formação e circulação dos sentidos. 1ª. ed. Campinas: Editora Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. Abertura do colóquio. In: CONEIN, B. et al. *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, [1980] 2016, p. 23-29.
- SAFATLE, V. *Erotismo, sexualidade e gênero*. Curso ministrado por Vladimir Safatle, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/tpqKUK>>. Acesso em 01 nov. 2016.
- TREBISSACE, C. Una historia crítica del concepto de experiencia de la epistemología feminista. *CINTA DE MOEBIO*. Social Science Epistemology Journal. Santiago de Chile, v. 57, dez. 2016, p. 285-295. Disponível em: <<http://www.moebio.uchile.cl/57/trebisacce.html>>. Acesso 07 jul. 2017.
- ZOPPI FONTANA, Mónica. Lugares de enunciação e discurso. LEITURA–Análise do

Discurso. *Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística*. Maceió, v. 23, jan/jun 1999 [2002], p.15-24.

_____. Identidades (in)formais. Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *ORGANON*. Revista do Instituto de Letras–UFRGS. Porto Alegre, v. 17, n. 35, jul/dez, 2003, p. 245-282. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30027>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. Domesticar o acontecimento. Metáforas e metonímias do trabalho doméstico. In: ZOPPI FONTANA, M.; FERRARI, A. J. *Mulheres em discurso*. Identificações de gênero e práticas de resistência. 1. Ed. Campinas: Editora Pontes, 2017, p.123-159.

Recebido em: 02/09/2017 Aceito em: 05/09/2017